

COPERSUCAR ARMAZENS GERAIS S.A.

CNPJ nº 02.822.024/0001-51

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2017. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerarem necessários.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)				Nota		
Ativos	Nota	2017	2016	Nota	2017	2016
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.561	1.692			
Contas a receber de clientes	6	2.001	850			
Impostos e contribuições a recuperar		382	240			
Adiantamentos a fornecedores		204	5			
Outras contas a receber		129	87			
Total do ativo circulante		9.277	2.874			
Ativo não circulante						
Operações de mútuo	12	–	2.674			
Ativo fiscal diferido	7	952	1.749			
Depósitos judiciais		70	59			
Imobilizado	8	7.159	6.925			
Intangível	9	352	524			
Total do ativo não circulante		8.533	11.931			
Total dos ativos		17.810	14.805			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2017	2016
Receitas líquidas	15	19.533	11.302
Custo de prestação de serviços	16	(10.634)	(10.109)
Lucro bruto		8.899	1.193
Despesas administrativas	16	(3.330)	(2.821)
Outras receitas		214	38
Outras despesas		(97)	(11)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		5.686	(1.601)
Receitas financeiras		115	329
Despesas financeiras		(90)	(25)
Financeiras líquidas		25	304
Resultado antes dos impostos		5.711	(1.297)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(1.097)	56
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	(797)	415
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		3.817	(826)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)			
	2017	2016	
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	3.817	(826)	
Resultado abrangente total	3.817	(826)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)			
	2017	2016	
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	3.817	(826)	
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	591	475	
Impostos diferidos	797	(415)	
Aumento em provisão para contingências	70	–	
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/Diminuição de contas a receber de clientes	(1.151)	1.286	
Diminuição/(Aumento) líquido em partes relacionadas	2.674	(660)	
(Aumento) de estoques	–	(4)	
(Aumento)/Diminuição de impostos e contribuições a recuperar	(142)	95	
Diminuição/(Aumento) de despesas antecipadas	8	(5)	
(Aumento) de depósitos judiciais	(11)	(52)	
(Aumento) em outras contas a receber	(49)	(25)	
(Aumento) de adiantamentos a fornecedores	(200)	(1)	
(Diminuição)/Aumento de fornecedores	(1.387)	1.537	
Aumento de obrigações sociais e trabalhistas	265	167	
Aumento/(Diminuição) de impostos e contribuições a recolher	1.169	(612)	
(Diminuição)/Aumento em outras contas a pagar	(18)	5	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(911)	(222)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.522	843	
Aplicação de recursos em imobilizado	(653)	(1.645)	
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos	(653)	(1.645)	
Acréscimo/(Decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	4.869	(802)	
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa			
No final do exercício	6.561	1.692	
No início do exercício	1.692	2.494	
Acréscimo/(Decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	4.869	(802)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor	6 meses
	Contábil	ou menos
2017		
Fornecedores	649	649
Outras contas a pagar	1	1
2016		
Fornecedores	2.037	2.037
Outras contas a pagar	17	17

Instrumentos de taxa fixa: A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. *Instrumentos de taxa variável:* A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim a eficácia de custos, evitando procedimentos de controle que não são eficazes. *Gestão de capital:* A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

	Nota	2017	2016
12. Partes relacionadas			
Ativo circulante			
Contas a receber (a)			
Cooperativa	6	657	495
Copersucar S/A		553	181
		<u>1.210</u>	<u>676</u>
Ativo não circulante			
Mútuos (b)			
Copersucar Trading		–	2.674
Passivo circulante			
Fornecedor			
Copersucar S.A. (c)		272	270
Valor da transação no exercício			
Venda de serviços		8.146	6.559
Cooperativa		7.982	4.220
Copersucar S.A.		<u>16.128</u>	<u>10.779</u>

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora e suas subsidiárias diretas e indiretas ou demais partes relacionadas (Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, Copersucar S.A. e Copersucar Trading A.V.V.) e referem-se basicamente a: • **Valores ativos** - (a) Contas a receber de clientes conforme prestação de serviços às partes relacionadas; (b) Contratos de mútuos entre as partes; • **Valores passivos** - (c) Contratos de pagamento de aluguel do Terminal Copersucar de Etanol em Paulínia (TCE) e Terminal de Ribeirão Preto; • **Vendas e serviços** - Armazenagem e movimentação de carga e descarga. **13. Arrendamento mercantil operacional**
Arrendamento como arrendatário: Os arrendamentos operacionais com a controladora Copersucar S.A. serão pagos da seguinte forma:

	2017	2016
Até um ano	1.217	3.079
Acima de um ano - até cinco anos	4.703	7.890
Total	7.800	10.969

A Companhia reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional o montante de R\$ 2.793 em 31 de março de 2017 (R\$ 2.707 em 31 de março de 2016). A Companhia é arrendatária dos bens abaixo pertencentes à Copersucar S.A.: • terminal de tanqueamento de etanol na cidade de Paulínia/SP com área total de 360.000 m², com capacidade estática de armazenagem de 180.000 m³ de etanol. O período do contrato é de 5 anos com vencimento em junho de 2019; • terminal multimodal de açúcar na cidade de Ribeirão Preto/SP com área total de 31.925 m² com capacidade estática de armazenagem de 70.000 toneladas de açúcar. O período do contrato é de 4 anos com vencimento em fevereiro de 2020.

14. Patrimônio líquido
O capital social da Companhia é de R\$ 53.259 em 31 de março de 2017 e 2016, representado por 3.512.926 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Reserva de Lucros: Reserva legal:** É constituída em razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei.

15. Receita operacional
Corresponde substancialmente à prestação de serviços de armazenagem. Abaixo, apresentamos a composição das receitas brutas para fins fiscais do exercício:

	2017	2016
Prestação de serviços e outros	19.533	11.302
Abaixo, apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:		
	2017	2016
Receita bruta	22.247	12.953
Menos:		
Impostos sobre vendas e serviços	(2.714)	(1.651)
Receita líquida	<u>19.533</u>	<u>11.302</u>

16. Despesas por natureza

	2017	2016
Gastos com serviços de operador logístico	(10.664)	(9.661)
Despesas com arrendamento mercantil operacional (nota 13)	(2.793)	(2.707)
Outras despesas	(507)	(562)
	<u>(13.964)</u>	<u>(12.930)</u>

Classificado como:
Custo dos serviços prestados
Administrativas

	(10.634)	(10.109)
	(3.330)	(2.821)
	<u>(13.964)</u>	<u>(12.930)</u>

17. Despesas de imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente foram gerados fundamentalmente em decorrência do lucro tributável apurado pela Companhia. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2017	2016
Lucro/(Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	5.711	(1.297)
Alíquota fiscal combinada	–	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(1.942)	441
Adições permanentes:		
Outras	–	18
Exclusões permanentes:		
Outras	28	12
Deduções do IRPJ - PAT	20	–
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.894)	471
Alíquota efetiva	33%	36%
Impostos correntes	(1.097)	56
Impostos diferidos	(797)	415

CONTADORA
Vanessa Siqueira Samejima
CRC 1SP 238.292/O-0

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
São Paulo, 29 de maio de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)				
	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Em 2015	53.259	10.149	(50.407)	13.001
Prejuízo do exercício	–	–	(826)	(826)
Em 2016	53.259	10.149	(51.233)	12.175
Lucro líquido do exercício	–	–	3.817	3.817
Em 2017	53.259	10.149	(47.416)	15.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado que possui como atividade preponderante o armazenamento de produtos alimentícios e etanol nas cidades de Ribeirão Preto e Paulínia, ambas situadas no estado de São Paulo.

2. Base de preparação
a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 29 de maio de 2017. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas.

Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas, premissas e julgamentos contábeis significativos são: vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa 4.d.iii), dos ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa 7) e instrumentos financeiros (nota explicativa 11). **d. Mensuração do Valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (item 27a.c.). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicável os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

4. Principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Receita operacional:** A receita de Operações é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término do armazenamento. **b. Benefícios a empregados: (i) Planos de contribuição definida:** A Companhia oferece a seus colaboradores um plano de Previdência Privada de Contribuição Definida, com o objetivo de assegurar às pessoas a possibilidade de acumular recursos que garantam uma renda mensal no futuro, possibilitando que o empregado mantenha um padrão de vida digno após a aposentadoria. O plano de previdência da Companhia é acessível a todos os colaboradores e administradores, de forma facultativa. O empregado que optar por aderir ao plano poderá optar por duas modalidades: 1 - Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) ou 2 - Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Pelas regras aprovadas do plano, o empregado pode participar através de contribuições básicas ou suplementares, sendo que a Companhia contribui em paridade com as contribuições básicas que o empregado fizer, até o limite de 6% do salário de contribuição. Adicionalmente, o empregado poderá fazer contribuições extraordinárias, que não têm contrapartida pela Companhia. **(ii) Participação nos lucros e bônus:** A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa alocados ao custo de produção e às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas. **c. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Além disso, pode-se efetuar a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro real ou prejuízo fiscal do exercício, bem como qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, às alíquotas supramencionadas. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é calculado sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, bem como sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido na medida que seja provável que lucros futuros diretos ou indiretos (preços) ou indiretamente (derivado de preços) sejam utilizados para compensar o imposto e restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais no resultado. **(iii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro e o custo de manutenção são contabilizados no resultado do exercício conforme incorrido. **(iv) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é reconhecida no resultado utilizando-se o método linear em relação às vidas úteis estimadas. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	2017 e 2016
Máquinas e equipamentos	6,21%
Equipamentos processamento de dados	15,47%
Móveis e utensílios	5,25%
Benefetorias em propriedade de terceiros	7,27%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **e. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. **(i) Amortização:** A amortização do software é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A taxa média anual ponderada da amortização é de 19,04%. **f. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. As variações do valor justo e os custos das transações, após o reconhecimento inicial, são registradas no resultado do exercício. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, dec